

## **CORPO, MATERNIDADE E VIOLÊNCIA NO CONTO “A VIRGEM SANTÍSSIMA DO QUARTO DE JOANA”, DE BERNARDO ÉLIS<sup>1</sup>**

**Eixo Temático 08 - Corpos que Gestam, Maternidade, Assistência à Saúde  
Materna e Violência. Narrativas Literárias, Ética e Bioética nos Cuidados em  
Saúde; Movimentos Sociais e Relatos de Experiência**

Claudia Carneiro Peixoto <sup>2</sup>

### **RESUMO**

No presente trabalho, analisamos como corpo e maternidade relacionam-se ao regime de violências e opressão patriarcal. Para a reflexão, o conto “A virgem santíssima do quarto de Joana”, do autor Bernardo Élis (195-1997), publicado na obra *Ermos e Gerais*, em 1944, nos possibilita melhor compreender as diversas formas de violência e opressão impostas sobre os corpos e existências das mulheres, em que se interseccionam marcadores como classe social, a gestação e a maternidade. Nesse contexto, conhecemos a personagem Joana, levada ainda criança para trabalhar como empregada doméstica, em troca de abrigo, roupa usada e comida, em condições análogas à da escravidão, e que, quando engravida do filho dos patrões, é obrigada a se casar e a silenciar a paternidade biológica do filho. As diversas formas de opressão e violência sofridas pela personagem evidenciam o lugar de exploração e dominação sobre os corpos e existência das mulheres, destinados ao trabalho, à exploração sexual, abandonadas quando engravidam, e obrigadas ao casamento e à maternidade.

**Palavras-chave:** Corpo; Maternidade; Violência.

### **INTRODUÇÃO/REFERENCIAL TEÓRICO**

No conto “A virgem santíssima do quarto de Joana”, presente na obra *Ermos e Gerais*, publicado em 1944, pelo escritor Bernardo Élis, conhecemos Joana, personagem

---

<sup>1</sup> O presente trabalho foi desenvolvido por meio de financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

<sup>2</sup> Ativista e Doutoranda do PPG-Letras, da Universidade Federal do Rio Grande. [carneiropeixoto@yahoo.com.br](mailto:carneiropeixoto@yahoo.com.br).

que desde sua infância, trabalhou como empregada doméstica na casa de uma família abastada, em troca de abrigo, roupa usada e comida, em condições que podemos identificar como análogas à da escravidão<sup>3</sup>. O contexto patriarcal, de opressão e violência simbólica (BOURDIEU, 2015, p. 7-8) a que é submetida Joana emerge em toda a narrativa. A personagem é vítima de violência psicológica, emocional, física e obstétrica, que reverberam em sua condição existencial e em sua corporeidade (LE BRETON, 2017, p. 8), presentes na forma como Joana apreende o mundo, a sua realidade na casa dos patrões, o seu relacionamento com Dedé, filho do coronel, a aceitação do casamento com o coveiro e, por fim, a maternidade de dois filhos, e o estupro marital.

A precariedade da vida de Joana e de seus filhos se inscreve na concretude do corpo, na carne sob o constante risco de perecimento. A partir do conto, podemos derivar como a constituição política de cada vida, as condições materiais e lugar que cada pessoa ocupa diz respeito à vulnerabilidade socialmente constituída (BUTLER, 2009, p. 46). O corpo humano, neste sentido, em sua finitude e precariedade, por meio de sua pele e carne, submetido constantemente ao Outro, ao seu contato e ao investimento ou não da sua violência, constitui-se também em uma dimensão pública, em uma amostra social (BUTLER, 2009, p. 52).

As operações do poder incidentes sobre o corpo e definidoras dos corpos a serem identificados como sujeitos, também estipulam a existência de *não-sujeitos*, de pessoas cujas existência já foram negadas: são as vidas que não podem mais sofrer nenhuma negação, por meio da violência e, por isso, se constituem como criaturas irrealis, ou seja, criaturas que estão fora da realidade (BUTLER, 2009, p. 60), uma vez que esta também precisa ser publicamente reconhecida para se instaurar a percepção de perda (BUTLER, 2009, p. 29).

A corporeidade de Joana se prende, assim, ao regime de opressão patriarcal, à exploração de seu corpo para o trabalho doméstico, para os intercursos sexuais com Dedé, filho do patrão e estudante de medicina, que promete casar-se com ela e a abandona diante da gravidez, do próprio desejo incontido do coronel e da conivência de sua esposa com a imposição do casamento de Joana com o coveiro que a coloca em um novo regime de

---

<sup>3</sup> Conforme preceitua o art. 149, do Código Penal, considera-se condição análoga à escravidão, reduzir uma pessoa a trabalhos forçados, a jornadas exaustiva, sujeitando a pessoa a condições degradantes de trabalho, ou restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto.

opressão (HELEIETH, 2015). Como já dito, Joana trabalhou, desde criança, como empregada doméstica na casa do coronel, mas é a partir de sua adolescência que seu corpo passa a ocupar também o lugar da exploração sexual, a princípio como presa dos desejos de pai e filho:

A pequena, entretanto, começou a desenvolver as formas de mulher de uma maneira tão bela, que punha água na boca de todo mundo. O coronel mesmo gostava de lambar com os olhos as pernas da menina, as suas formas que esmurravam as vestes numa ânsia selvagem de espaço, infinito (ÉLIS, 2005, p. 157).

E, após se enamorar de Dedé e, com ele se *perder* – expressão utilizada diante da descoberta de relações sexuais das mulheres antes do casamento - e engravidar, o corpo e existência de Joana são relegados à violência do abandono, com a imposição de um casamento com o coveiro. Nesse sentido, a figura do coveiro que assume a condição de marido é também a figura que representa o novo opressor de Joana, dentro do mesmo regime de violência patriarcal, e aciona, no conto, também o imaginário de canibalismo de bebês, além de personificar a degradação e a morte já presente nas fantasias da personagem.

Acentuamos como ao regime de dominação patriarcal e violência simbólica se inserem a vida e o corpo mais precários de Joana e de seus dois filhos. Às diversas formas de violência, soma-se a violência obstétrica presente no início da narrativa, em que o desfecho trágico do conto é antecipado:

Joana estava agachada num canto da sala de chão úmido, com o cadáver de uma criança nos braços. Ambos sujos de sangue. A criança roxa, escangotada em cuja boca aberta a mulher metia a pelanca dos peitos murchos (ÉLIS, 2005, p. 155).

O médico que chega quando Joana e os filhos estão mortos é Dedé, filho do coronel, sedutor e pai do primogênito de Joana, que ironiza a cena de desamparo da mãe agachada no chão tentando amamentar uma criança morta. Dedé, inicialmente, não reconhece Joana, do mesmo modo que aparenta desconhecer a paternidade do filho. A estética fantástica reforça as violências presentes no conto de Bernardo Élis, e nos chega pela incerteza, pelo estranho (TODOROV, 2014, p. 31) que os eventos que circundam a morte do filho de Dedé ensejam: teria o coveiro devorado a pequena coxa da criança? Seria parte do delírio de Joana? Joana teria praticado infanticídio contra o seu filho

biológico do marido? Mas, enquanto os insólitos acontecimentos ainda repercutem, o humor terrível do grotesco toma conta da narrativa que é lançada ao trivial da absoluta indiferença diante da morte de Joana, de seus dois filhos e do desaparecimento do marido. São vidas e corpos que emergem para o esquecimento, submetidas impunemente à sistemáticas violências.

## **METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)**

Lembra Compagnon (2009, p. 26) que “Um ensaio de Montaigne, uma tragédia de Racine, um poema de Baudelaire, o romance de Proust nos ensinam mais sobre a vida que os longos tratados científicos”. Enquanto lugar de uma “experiência” vicariata que Kant (2010) denominou de “mentalidade alargada”, a literatura propicia o intercurso para o Outro. No presente trabalho, utiliza-se a análise dialógica e interdisciplinar, no pressuposto de que a narrativa literária potencializa a problematização e compreensão da realidade que, no caso em análise, aprofunda a questão do patriarcado, da violência e maternidade.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O corpo e a existência da mulher, no conto de Bernardo Élis, representado pela personagem Joana, estão atados pela opressão e desigualdade de gênero. O trabalho doméstico não remunerado, a exploração sexual, o casamento obrigado e o estupro marital, a maternidade e a violência final praticada pelo médico, pai de uma das crianças, marcam a corporeidade e o percurso existencial de Joana. As vidas perdidas – Joana e seus dois filhos - não incidem na norma, não estão protegidas pelo Estado, não despertam pranto, luto ou pesar no delegado - que se satisfaz com a explicação absurda do médico que é também diretamente responsável pela gravidez e casamento de Joana com o coveiro. São corpos e existências que contam como supérfluos, descartes incomodativos que consomem brevemente o tempo do delegado e do médico.

A possibilidade de ter havido canibalismo e a evidência de um infanticídio não são questões que importam diante de vidas negadas na origem, nenhum sentimento de piedade ou culpa acomete Dedé quando identifica o quadro da virgem santíssima que Joana trouxera de seu quarto na casa do coronel, onde apenas as imagens da jovem nua na cama por segundos se desenham na mente do médico. A deformação moral exposta na

indiferença do médico salienta-se na pressa do atendimento, com a intervenção final, em um discurso livre indireto: “Podia ser dez e cinco de um dia lindo, intensamente iluminado de sol” (ÉLIS, 2005, p. 169).

As diversas formas de violências presentes no conto são arrematadas na maternidade e violência obstétrica sofrida por Joana, e são realçadas pela deformação ética e moral exposta no desdém diante da dor e da morte de uma mulher e duas crianças, uma delas recém-nascida. A pressa de Dedé no atendimento médico da parturiente pobre, ex-empregada doméstica na casa de seus pais, a quem ele engravidara, e sua fala final exibem em toda a sua crueza a violência do patriarcado e a naturalização da destruição: “Podia ser dez e cinco de um dia lindo, intensamente iluminado de sol” (ÉLIS, 2005, p. 169).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A narrativa ficcional nos permite alcançar os dispositivos de violência que incidem sobre os corpos e existências atados pela opressão patriarcal, pela exploração e dominação sexual. O trabalho análogo à escravidão na casa do coronel, apenas interrompido pela gestação, a mudança de regime de opressão simbolizado pelo casamento com o coveiro, a percepção do estupro marital e a maternidade também imposta de dois filhos, um deles morto durante o parto, além da violência obstétrica que se apresenta no final da narrativa, praticada na forma da negligência, do sadismo, e da ironia pelo médico, pai de uma das crianças.

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Trad. Maria Helene Kühner. 13 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

BRASIL, Presidência da República. Decreto-Lei n. 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Brasília: Casa Civil, 1940. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm) . Acesso em 01/08/2022.

BUTLER, Judith. **Vida precaria: el poder del duelo y la violencia**. Tradução Fermin Rodríguez. Buenos Aires: Paidós, 2009.

ÉLIS, Bernardo. **Ermos e Gerais**. Edição preparada por Luiz Gonzaga Marchezan. São Paulo: Martins Fontes, 2005.



COMPAGNON, Antoine. **Literatura para que?** Tradução de Laura Taddei Brandini. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

KANT, Immanuel. **Crítica da faculdade do juízo.** Tradução de Valerio Rohden e Antônio Marques. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

LE BRETON, David. **A sociologia do corpo.** Tradução de Sonia Fuhrmann. 6 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2017.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado, Violência.** 2 ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

TODOROV, Tzvetan. **Introdução à literatura fantástica.** Tradução Maria Clara Correa Castello. São Paulo: Perspectiva, 2014.